

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	29
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	32
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	83.596.903
Preferenciais	0
Total	83.596.903
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	12.293	13.038	13.118
1.01	Ativo Circulante	5.741	5.473	4.167
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.199	4.919	3.644
1.01.06	Tributos a Recuperar	493	542	506
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	493	542	506
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	493	542	506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	49	12	17
1.01.08.03	Outros	49	12	17
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	49	12	17
1.02	Ativo Não Circulante	6.552	7.565	8.951
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	1.211
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	0	1.211
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	0	1.211
1.02.02	Investimentos	6.552	7.565	7.740
1.02.02.01	Participações Societárias	6.552	7.565	7.740
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0	7.740
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	6.552	7.565	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	12.293	13.038	13.118
2.01	Passivo Circulante	26	2	2
2.01.02	Fornecedores	26	0	2
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26	0	2
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	2	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	2	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2	0
2.03	Patrimônio Líquido	12.267	13.036	13.116
2.03.01	Capital Social Realizado	28.385	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-16.118	-5.949	-5.869

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.683	-452	-230
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-408	-303	-274
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-36	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	70	2	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.345	-115	44
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-10.683	-452	-230
3.06	Resultado Financeiro	550	392	382
3.06.01	Receitas Financeiras	565	411	417
3.06.02	Despesas Financeiras	-15	-19	-35
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.133	-60	152
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36	-20	-19
3.08.01	Corrente	-36	-20	-19
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.169	-80	133
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.169	-80	133
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,00012	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,00012	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.169	-80	133
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.169	-80	133

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	249	-1	24
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	176	35	89
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-10.169	-80	133
6.01.01.02	Resultado Equivalência Patrimonial	10.345	115	-44
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	73	-36	-65
6.01.02.01	Redução (Aumento) de Tributos a Recuperar	49	-36	-70
6.01.02.02	Outros Ativos e Passivos	0	0	5
6.01.02.03	(Redução) Aumento de Tributos a Recolher	-2	2	0
6.01.02.04	Aumento (Redução) de Fornecedores	26	-2	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.369	1.276	-11
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	0	1.211	-104
6.02.02	Aumento de Capital em Controlada	-9.369	0	0
6.02.03	Dividendos Recebidos	0	65	93
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	9.400	0	0
6.03.01	Aumento de Capital	9.400	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	280	1.275	13
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.919	3.644	3.631
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.199	4.919	3.644

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.949	0	13.036
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.949	0	13.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.400	0	0	0	0	9.400
5.04.01	Aumentos de Capital	9.400	0	0	0	0	9.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.169	0	-10.169
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.169	0	-10.169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.385	0	0	-16.118	0	12.267

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.869	0	13.116
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.869	0	13.116
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-80	0	-80
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-80	0	-80
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.949	0	13.036

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	133	0	133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	133	0	133
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-19	19	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.869	0	13.116

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-371	-310	-251
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-371	-274	-251
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-36	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-371	-310	-251
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-371	-310	-251
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-9.710	298	461
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.345	-115	44
7.06.02	Receitas Financeiras	565	411	417
7.06.03	Outros	70	2	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-10.081	-12	210
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-10.081	-12	210
7.08.01	Pessoal	37	29	23
7.08.01.01	Remuneração Direta	31	24	19
7.08.01.04	Outros	6	5	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36	20	19
7.08.02.01	Federais	36	20	19
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15	19	35
7.08.03.03	Outras	15	19	35
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.169	-80	133
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.169	-80	133

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.****CNPJ/MF nº01.957.772/0001-89****NIRE 33.3.00165576****Companhia Aberta****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014****(em milhares de reais)**

Senhores Acionistas,

A administração da Sul 116 Participações S.A. ("Sul 116" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

➤ **Atividades da Companhia e Aspectos Societários**

Sul 116 tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A.; (ii) Futuretel S.A.; e (iii) Zain Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$12.267 mil, enquanto suas disponibilidades somavam R\$5.199 mil.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2014, foi homologado aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 9.400 mil, mediante a emissão de 35.014.859.183 ações ordinárias, ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o montante do capital social era de R\$ 28.385 mil, o que representa um aumento de 50% em relação aos R\$ 18.985 verificados em 31 de dezembro de 2013. O aumento é decorrente, basicamente, da homologação, em 26 de dezembro de 2014, de aumento de capital no valor de R\$ 9.400 mil. Os recursos decorrentes do referido aumento de capital foram destinados à realização de aumento de capital na controlada direta Futuretel, para que esta, consecutivamente, realizasse o aumento de capital na controlada indireta Newtel. Deste modo, os recursos decorrentes da capitalização foram, em última análise destinados à adesão, por parte de Newtel Companhia, ao Programa de Recuperação Fiscal –REFIS instituído pela Lei 11.941/09, com alterações introduzidas pela Lei 12.996/14.

➤ **Investimentos**

A Sul 116 é uma sociedade de capital aberto que possui o controle compartilhado direto de Futuretel S.A., Invitel Legacy S.A. e Zain Participações S.A. e indireto de Newtel Participações S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

➤ Diretores

Os Diretores da Companhia, Srs. Kevin Michael Altit e Alberto Ribeiro Güth foram eleitos em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2013.

➤ Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista que, nos três últimos exercícios, a Companhia não desenvolveu nem deteve investimentos em sociedades que desenvolvam atividades operacionais, sua capacidade de geração de caixa é limitada às suas receitas financeiras, suas receitas advindas da recuperação de créditos fiscais e de dividendos recebidos de suas controladas.

O endividamento da Companhia, referente aos três últimos exercícios, deriva, principalmente, das despesas gerais e administrativas e dos tributos a recolher.

A Companhia não teve dívidas de longo prazo nos últimos três exercícios. Considerando o perfil de endividamento da Companhia e o seu fluxo de caixa, acreditamos que todos os compromissos financeiros assumidos pela Sul 116 para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2014 serão honrados em seus devidos vencimentos.

➤ Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento nos últimos três exercícios foram: (i) aplicações financeiras, cujos rendimentos estão usualmente vinculados à variação do CDI; (ii) dividendos pagos pela controlada Futuretel; e (iii) aportes de capital realizados por seus acionistas.

O resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou prejuízo no montante de R\$10.169 mil e foi basicamente determinado pelo resultado negativo de equivalência patrimonial em suas controladas.

Atualmente, a Companhia e suas controladas não desenvolvem projetos de investimento e não possuem geração de caixa operacional, motivos pelos quais a administração da Companhia entende não ser necessário e conveniente contrair empréstimos ou financiamentos para quaisquer fins.

➤ Despesas gerais e administrativas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$408 mil, sofrendo um aumento de 34% em relação aos R\$303 mil verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, resultado do aumento dos serviços de terceiros.

➤ Receitas (despesas) financeiras

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, as receitas financeiras totalizaram R\$565 mil, sofrendo um aumento de 3 7% em relação aos R\$411 mil verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, resultado do rendimento de aplicações financeiras.

As despesas financeiras totalizaram R\$15 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, sofrendo uma redução de 2 1% contra os R\$19 mil verificados no exercício encerrado em 31 de 12 dezembro de 2013. Essa variação foi resultado, basicamente, da redução dos juros, multas e comissões sobre fianças.

➤ **Resultado da Companhia**

O resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou prejuízo no montante de R\$10.169 mil e foi basicamente determinado pelo resultado negativo de equivalência patrimonial em suas controladas.

➤ **Remuneração aos Acionistas**

Por conta da absorção integral do prejuízos do exercício, não será destinado qualquer montante para pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

➤ **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, não prestaram quaisquer outros serviços à Companhia.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015

Sul 116 Participações S.A

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sul 116 Participações S.A. ("Companhia"), com sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro na Avenida Rio Branco, 311, sala 523 (parte), tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A. ("Invitel Legacy"); (ii) Futuretel S.A. ("Futuretel"); e (iii) Zain Participações S.A. ("Zain").

Até janeiro de 2013, a Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. ("Argolis") celebrado com a Telemar Participações S.A. ("Telemar") em 25 de abril de 2008, era garantidora das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações ("IIFIP"), tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que era parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008. Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

Durante o período de vigência da fiança, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain, Futuretel e Invitel Legacy. A Companhia detém, ainda, participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. ("Newtel").

A Sul 116 é uma companhia aberta registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM"), tendo suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia não detém investimentos operacionais, estando sua geração de caixa limitada basicamente às receitas financeiras auferidas de suas aplicações.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, exceto pelos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

c) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos doze meses subsequentes. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

d) Investimentos

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas normas contábeis revisadas, que introduziram algumas modificações nas práticas contábeis adotadas até o exercício anterior.

Na elaboração das demonstrações financeiras, estão sendo aplicados:

- CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto;
- CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas;

O principal efeito da aplicação dos novos pronunciamentos deu-se na exclusão da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

f) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

h) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo sua apresentação nas demonstrações requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de informações trimestrais e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Aplicações financeiras	5.199	4.919

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI Certificados de Depósito Bancário, e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2014	2013
Saldo negativo de IRPJ	<u>493</u>	<u>542</u>

O referido saldo pode ser: (i) compensado com obrigações fiscais futuras (no caso de uma companhia holding, usualmente decorrentes de receitas provenientes da atualização monetária sobre saldo negativo de imposto de renda sobre aplicação financeira e do recebimento de juros sobre capital próprio); ou (ii) objeto de pedido de restituição após homologação da Receita Federal do Brasil. A Companhia efetua pedidos de restituição quando necessário atendendo ao prazo decadencial de 5 anos, conforme dispõe o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional.

Dessa forma, considerando que o saldo registrado em seu balanço patrimonial é passível de recuperação na forma descrita acima; e (ii) o prazo de duração da Companhia é indeterminado, conforme determinado em seu estatuto social, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão com relação ao saldo de tributos a recuperar.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. INVESTIMENTOS

Seguem resumidos abaixo os detalhes das participações:

	Futuretel		Zain		Invitel Legacy	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Participação no capital	46,38%	46,38%	45,85%	45,85%	34,33%	34,33%
Quant. de ações ordinárias	277.221	97.115	648.316	648.316	545.018	545.018
Capital social	30.488	10.288	20.187	20.187	2.000	2.000
Patrimônio líquido	8.879	10.826	4.818	4.935	655	819
Resultado do exercício	(22.068)	111	(117)	(279)	(165)	(110)

	Futuretel		Zain		Invitel Legacy		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Saldo em 01 de janeiro	4.984	5.030	2.263	2.391	281	319	7.528	7.740
Equivalência patrimonial	(10.235)	51	(54)	(128)	(56)	(38)	(10.385)	(115)
Aumento de capital	9.369	-	-	-	-	-	9.369	-
Dividendos		(60)	-	-	-	-		(60)
Saldo em 31 de dezembro	<u>4.118</u>	<u>5.021</u>	<u>2.209</u>	<u>2.263</u>	<u>225</u>	<u>281</u>	<u>6.552</u>	<u>7.565</u>

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2014, foi homologado o aumento de capital social de R\$9.400, mediante a emissão de 35.014.859.183 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, nas condições aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de agosto de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia passou a ser de R\$28.385, representado por 83.596.902.573 ações (em 31 de dezembro de 2013 o capital social era de R\$18.985 representado por 48.582.043.390 ações).

A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear até o limite de R\$3.500.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e de colocação dos respectivos valores mobiliários.

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

8. DESPESAS POR NATUREZA

	2014	2013
Despesas com pessoal		
. Honorários diretores	31	24
. Encargos sobre proventos	6	5
	37	29
Despesas administrativas		
. Publicidade societária	92	86
. Serviços prestados	255	179
. Despesas com viagens	17	-
. Outras despesas administrativas	7	9
	371	274
Total	408	303

9. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	531	383
Receita de juros e outras receitas financeiras	34	28
	565	411
Despesas financeiras		
Despesas bancária e custódia	(15)	(14)
Juros, multas e comissões sobre fianças	-	(5)
	(15)	(19)
Total	550	392

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia auferiu lucro tributável no exercício e, conseqüentemente, valores a recolher a título de imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$22 e R\$14, (R\$14 e R\$6 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$580 (R\$643 em 31 de dezembro de 2013). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 31 de dezembro estão representados a seguir:

	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.133)	152
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	3.445	(52)
Equivalência patrimonial	(3.517)	64
Compensação do prejuízo fiscal	(22)	11
Outras	58	(43)
Impostos de renda e contribuição social no resultado do exercício	(36)	(20)
Alíquota efetiva	1%	12%

11. PASSIVO CONTINGENTE

Na controlada em conjunto Zain Participações S.A., a contingência é a seguinte: em 31 de maio de 2011, a Receita Federal do Brasil lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0, no valor aproximado de R\$40.000 mil, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido auto de infração.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O julgamento do processo foi convertido em diligência e, após apresentados os documentos solicitados, aguardou-se intimação do Relatório de Conclusão de Diligência Fiscal. Em 27 de junho de 2012, foi tomada ciência do Relatório e protocolada a petição em resposta ao referido relatório. Em vista da parcela favorável à Companhia da decisão da primeira instância foi interposto recurso de ofício (fazendário). Já contra a parte desfavorável da decisão de primeira instância será interposto recurso voluntário ao CARF. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou contrarrazões ao recurso voluntário. Aguarda-se decisão de 2ª instância. Em 27 de agosto de 2014, a 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por maioria de votos, deu provimento integral ao recurso voluntário e negou provimento ao recurso de ofício. Aguarda-se a formalização a referida decisão. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado do auto de infração era de R\$ 46.050.

Na controlada em conjunto Futuretel S.A, as contingências são as seguintes: Em 16 de agosto de 2013 a Receita Federal do Brasil lavrou o auto de infração MPF nº 0710900/201000398 (Processo 12448.725093/2013-31) contra a Companhia, sobre pagamentos efetuados no ano calendário 2009 a título de distribuição de dividendos a seus acionistas, em razão de a fiscalização ter considerado que a Companhia não teria lucros a distribuir no referido período, o que se desqualificaria a natureza do pagamento como distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2014 o valor atualizado era de R\$ 1.319. Foi protocolada impugnação, a qual ainda não foi apreciada pela 1ª instância.

Os advogados das controladas em conjunto responsáveis por estas demandas classificaram como possíveis as expectativas de perdas e, portanto, não foi constituída provisão para este montante.

Na controlada indireta Newtel Participações S/A, as contingências são as seguintes: em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil ('RFB') lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 ("AI") contra Newtel, o qual, posteriormente, transformou-se no Processo nº 16682.720256/2010-25, tendo por objeto a compensação de prejuízos fiscais sem a observância do limite de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito da incorporação por Newtel, a Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que o limite de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Tal recurso foi apreciado em julho de 2012, pelo CARF, tendo sido julgado inteiramente improcedente. Em 18 de outubro de 2012, Newtel recebeu a intimação desta decisão e, conforme opinião de seus assessores legais interpôs recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF"), o qual não chegou a ser julgado, tendo em vista que Newtel protocolou petição informando a desistência total do recurso especial interposto no processo em epígrafe e a renúncia as suas alegações de direito, em razão do parcelamento da totalidade do crédito tributário exigido no processo em causa com os benefícios da anistia prevista na Lei nº 11.941/09, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.996/14.

Em função da sucessão de Telpart, Newtel é parte, ainda, do Processo Administrativo Fiscal n.º 10768.012103/2002-74, no âmbito do qual são contestadas compensações realizadas por Telpart no valor de R\$ 2.439, com base nos saldos negativos de IRPJ dos anos-calendário de 1998, 1999 e 2000, decorrentes da não-utilização dos valores de IRRF incidentes, a título de antecipação, sobre receitas de aplicações financeiras e de juros sobre capital próprio auferidas naqueles períodos.

Em novembro de 2011, a Segunda Turma Ordinária da Primeira Seção do CARF negou provimento ao recurso voluntário interposto por Newtel. Em abril de 2012, Newtel apresentou recurso à CSRF, instância administrativa final. Protocolada petição informando a desistência total do recurso especial interposto no processo em epígrafe e a renúncia as suas alegações de direito, em razão do pagamento à vista da totalidade do crédito tributário exigido no processo em causa com os benefícios da anistia prevista na Lei nº 11.941/09, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.996/14.

Também em função da incorporação de Telpart, Newtel é, ainda, parte do Processo nº 15374.903937/2010-48. Newtel apresentou à RFB Declarações de Compensação (DCOMPs) nas quais informou a utilização do crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ no ano-calendário de 2003 para quitar débitos relativos a tributos federais. A RFB reconheceu apenas parte do crédito pleiteado e não homologou o restante das DCOMPs apresentadas, tendo sido exigidos os respectivos débitos, acrescidos de multa de mora de 20% e juros SELIC. Foi protocolada manifestação de inconformidade, a qual não foi apreciada pela RFB, tendo em vista que Newtel protocolou petição informando a desistência total do recurso especial interposto no processo em epígrafe e a renúncia as suas alegações de direito, em razão do pagamento à vista da totalidade do crédito tributário exigido no processo em causa com os benefícios da anistia prevista na Lei nº 11.941/09, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.996/14.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Newtel é parte do Processo nº 18471.001655.2006-18, que trata da exigência do pagamento do imposto de renda retido na fonte (IRRF) por pagamento sem causa, no valor original de R\$ 6.107, bem como para que retificasse o saldo do prejuízo fiscal e da base negativa da CSSL referente aos anos de 2001 e 2002, sob o entendimento de que existe a ausência de comprovação de que os serviços foram realmente prestados, e da participação percentual da fiscalizada no interesse das causas jurídicas, elementos fundamentais para que o fisco forme convicção de sua legitimidade, justifica a realização da glosa dos valores contabilizados como despesa operacional. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado do processo era de R\$ 8.116. Os advogados da controlada indireta responsáveis por esta demanda classificaram como possíveis as expectativas de perdas e, portanto, não foi constituída provisão para este montante.

É também parte do Processo Administrativo nº 16682.901020/2011-79, que trata de pedido de Restituição/Declaração de Compensação - PER/DCOMP nº 21084.60803.041006.1.3.02-9360, transmitido via Internet em 04/10/2006 por Newtel, por meio do qual pretende a compensação de débitos de IRRF do mês de setembro de 2006 com crédito decorrente do saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2005 no valor de R\$ 206. Protocolada petição informando a desistência total do recurso especial interposto no processo em epígrafe e a renúncia as suas alegações de direito, em razão do pagamento à vista da totalidade do crédito tributário exigido no processo em causa com os benefícios da anistia prevista na Lei nº 11.941/09, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.996/14.

Além do processo administrativo acima, em 21 de junho de 2013 a Receita Federal do Brasil lavrou o auto de infração MPF nº0718500/2012007131 contra Newtel, para exigir IRPJ e CSLL do ano calendário de 2008 devidos em razão da não adição, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de despesas com amortização de ágio no valor de R\$ 4.514 e exclusão, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL correspondente á ágio já contabilmente amortizado no valor de R\$ 2.482. Foi protocolada impugnação, a qual ainda não foi apreciada pela RFB, tendo em vista que Newtel protocolou petição informando a desistência total do recurso especial interposto no processo em epígrafe e a renúncia as suas alegações de direito, em razão do pagamento à vista da totalidade do crédito tributário exigido no processo em causa com os benefícios da anistia prevista na Lei nº 11.941/09, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.996/14.

Newtel também é parte na Medida Cautelar Fiscal nº 218091-85.2013.4.02.5101, ajuizada pela União Federal contra a companhia com o objetivo de que fosse declarada a indisponibilidade de os seus bens até o montante de R\$ 97.488, que corresponde ao valor total dos débitos tributários da companhia, sendo a referida liminar deferida. Em 12 de março de 2014, foi proferida decisão determinando o imediato desbloqueio dos bens de Newtel, em cumprimento da decisão proferida nos autos do agravo de instrumento nº 0002980-34.2014.4.02.0000. Aguarde-se decisão de 1ª instância.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Por fim, conforme mencionado acima, Newtel também é parte no agravo de instrumento nº 0002980-34.2014.4.02.0000, o qual foi interposto pela companhia contra a decisão liminar proferido nos autos da Medida Cautelar Fiscal nº 0218091-85.2013.4.02.5101. Proferida a decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela recursal para desbloquear os bens da companhia, aguarda-se o julgamento do referido recurso.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

- Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nos valores das quotas dos fundos.

- Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram avaliados ao valor de custo acrescidos pela variação do CDI, que se assemelham ao seu valor de mercado.

- Tributos a recuperar

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Derivativos

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e opera apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício.

c) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Notas Explicativas**SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ: 01.957.772/0001-89

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR

Em 17 de setembro e 12 de novembro de 2013, foram publicadas, respectivamente, a Instrução Normativa a Receita Federal do Brasil 1.397 e a Medida Provisória 627 (MP 627) convertida na Lei 12.973 em 13 de maio de 2014 que, em linhas gerais: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77. Dentre os dispositivos da Lei, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A administração da Companhia com base no conhecimento de suas atividades e operações realizadas, concluiu que não aplicará a antecipação das medidas contidas na referida Lei.

14. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia, são resumidas da seguinte forma:

	2014	2013
Data de aprovação pela A.G.O.	30 de abril	29 de abril
Pagamento efetivo	31	23

Notas Explicativas

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia aprovaram estas Demonstrações Financeiras em 23 de março de 2015, as quais consideraram os eventos subsequentes ocorridos até esta data que pudessem ter efeito sobre o conteúdo aqui divulgado.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Sul 116 Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Sul 116 Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul 116 Participações S.A.

. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Realização de créditos fiscais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia possui como únicos propósitos a participação nas controladas em conjunto Futuretel S.A., Zain Participações S.A. e Invitel Legacy S.A. e a garantia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. (Argolis) celebrado com a Telemar Participações S.A., em 25 de abril de 2008, das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações. As controladas em conjunto não possuem atividades operacionais, exceto pelo fato da controlada indireta Newtel Participações S.A. ser garantidora do Contrato de Compra e Venda de Alienação de Ações da Telemig Celular Participações S.A. e Tele Norte Celular Participações S.A., e da controlada em conjunto Invitel Legacy S.A. que realiza a gestão dos direitos e obrigações decorrentes da alienação do controle indireto da Brasil Telecom Participações S.A.. A geração de caixa da Companhia e das controladas em conjunto é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações. A realização do saldo de tributos a recuperar no montante de R\$ 493 mil (Nota Explicativa nº 5) depende de operações lucrativas futuras ou de sucesso em pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Contingências fiscais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2014, a controlada em conjunto Zain Participações S.A. possui contingência fiscal com risco de perda possível nos montantes estimados de R\$ 46.050 mil. A capacidade financeira da Companhia e de sua controlada em conjunto poderá vir a ser significativamente afetada, caso o desfecho das referidas contingências seja distinto do risco atual considerado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e não refletem eventuais ajustes nos ativos e passivos em relação aos assuntos comentados acima.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 26 de março de 2014, mas com ênfases similares à deste relatório.

São Paulo, 23 de março de 2015.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
Contador CRC SP-114.365/O-0 "S" – RJ
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Sul 116 Participações S.A., companhia aberta, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 311, Sala 523 (parte), Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.957.772/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

Kevin Michael Altit
Diretor Administrativo e Econômico-Financeiro e de Dados

Alberto Ribeiro Guth
Diretora de Operações e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Sul 116 Participações S.A., companhia aberta, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 311, Sala 523 (parte), Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.957.772/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015.

Kevin Michael Altit
Diretor Administrativo e Econômico-Financeiro e de Dados

Alberto Ribeiro Guth
Diretora de Operações e de Relações com Investidores